

Se o professor adoece, a democracia enfraquece

Debater o papel dos professores é, mais do que nunca, refletir sobre o impacto dessa profissão na construção de uma sociedade saudável

Dante de tantos desafios sociais e educacionais, não é exagero afirmar que o futuro do Brasil depende diretamente do cuidado que temos com nossos docentes.

O risco de um “apagão de professores”, já apontado por especialistas, como uma ameaça à continuidade da educação escolar, por conseguinte, a perda de um espaço vigoroso para lapidar a humanidade, no que diz respeito à ética e à cidadania.

Há 35 anos, quando entrei em uma escola rural multisseriada na condição de professora, sabia que se tratava de uma escolha que me colocaria frente a frente com realidades e desafios para os quais eu não tinha respostas de antemão. Sabia, também, que precisava dar o meu melhor - um dia sim e o outro também - pois eles só tinham a mim e eu a eles.

Afinal, não é de hoje que os educadores precisam reinventar-se todos os dias para que seu conhecimento possa transformar muitas vidas que passam por suas salas de aula. O que eu não esperava, no entanto, é que esse cenário ficasse ainda mais complexo, a ponto de, entre os jovens, encontrarmos cada vez menos interessados em seguir a carreira docente.

Pesquisas recentes revelam a gravidade desse cenário. Um estudo realizado com 438 professores brasileiros mostrou que docentes da educação básica apresentaram índices de burnout significativamente mais elevados do que os do ensino superior, associados a piores condições do desenvolvimento da sua atividade.

Há a constatação de que mais da metade dos professores relataram altos níveis de exaustão emocional, embora afirmem manter o entusiasmo e a dedicação ao trabalho. Esse paradoxo é perigoso: a paixão pela docência, quando não apoiada por condições dignas, pode acelerar o adoecimento.

E o problema não se restringe à Educação Básica. Um estudo realizado com professores universitários no Rio Grande do Norte, por exemplo, identificou prevalência de burnout em mais de 61% dos

(*) Diretora pedagógica da Aprende Brasil Educação.

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

3º Subdistrito - Penha de França
Dr. Mario Luiz Migotto - Oficial Interino

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **DAVI CUNHA ALVES DE ARAÚJO**, profissão: revisor, estado civil: solteiro, naturalidade: Grajaú, MA, data-nascimento: 11/09/2003, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Jorge Pereira de Araújo e de Eridan Cunha Alves Bezerra. A pretendente: **GIOVANNA GABRIELI GOMES DE ALMEIDA**, profissão: recepcionista, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 14/09/2006, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Ronildo Gomes Barbosa e de Priscila Barboza de Almeida.

O pretendente: **NATANAEL DA SILVA SANTOS**, profissão: conferente de carga e descarga, estado civil: solteiro, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 26/09/1996, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Selma Serejos dos Santos e de Clenilda da Silva dos Santos. A pretendente: **GIOVANNA CERQUEIRA DE ANDRADE**, profissão: do lar, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 22/11/1999, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Marcio Lima de Andrade e de Ana Maria Cerqueira Ventura.

O pretendente: **VICTOR MATHEUS DOS SANTOS**, profissão: gerente de produção, estado civil: solteiro, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 11/01/1997, residente e domiciliado na Vila Maria, São Paulo, SP, filho de José Tadeu dos Santos e de Regina dos Santos Barbosa. A pretendente: **KAMILA CLARO ZANESCO**, profissão: dentista, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 05/06/1997, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Wanderlei Zanesco e de Sirlene Claro Zanesco.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local

Jornal Empresas & Negócios

Acedriana Vogel (*)

participantes. Além disso, já temos dados que mostram que 15% dos docentes precisaram se afastar por sintomas psicológicos, e 18% por problemas vocais, frequentemente agravados em contextos de maior vulnerabilidade social. Esses números evidenciam que a crise docente é transversal e passa por todos os níveis de ensino, repercutindo no tecido social como um todo.

Se não conseguimos educadores mental e fisicamente saudáveis, como o seu trabalho poderá contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes? Por sua vez, se não asseguramos um ensino de qualidade, como podemos almejar um país pujante, com uma economia sólida e uma sociedade preparada para lidar com os múltiplos desafios que o mundo apresenta? Um ingresso para podermos operar nesse mundo!

O que está em jogo é, mais do que a qualidade do ensino, a saúde da própria sociedade. Quando professores adoecem ou deixam a profissão, os estudantes perdem não apenas o acesso ao programa curricular previsto para a escolaridade, mas também colhimento, referência emocional e inspiração crítica.

Cria-se um círculo vicioso: menos professores levam a mais sobrecarga, que resulta em mais adoecimento e, por consequência, em um apagão docente cada vez mais próximo. Essa ausência repercute diretamente na formação de cidadãos mais equilibrados, empáticos e preparados para a vida em comunidade. A escola é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania!

Mas há motivos para esperança. As mesmas pesquisas que denunciam o esgotamento revelam também resiliência e o compromisso dos docentes, que seguem acreditando no valor transformador da educação. É uma categoria profissional encarregada de propósito. É nesse ponto que a sociedade deve agir: investir em políticas públicas de valorização, garantir condições dignas de trabalho, oferecer suporte psicológico e programas de formação continuada.

Se quisermos um país mais justo e saudável, precisamos cuidar de quem cuida do futuro. É preciso estabelecer o compromisso coletivo de assegurar que nenhum professor precise escolher entre a própria saúde e a sala de aula.

(*) Diretora pedagógica da Aprende Brasil Educação.

Brasil precisa investir até 2% do PIB por ano em energia até 2030 para alcançar meta de carbono zero em 2050, aponta Moody's

A estratégia climática do Brasil equilibra os custos e as oportunidades de redução de emissões, enfatizando a adaptação como um pilar central da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país, além de adotar uma meta de mitigação flexível

De acordo com o último relatório da Moody's, a economia é altamente dependente de setores intensivos em carbono, como a agricultura, mineração e petróleo bruto, mas também está bem posicionada para desenvolver indústrias com potencial para se beneficiar da descarbonização, desde que consigam enfrentar as barreiras ao investimento.

As soluções baseadas na natureza (SbN) são fundamentais para atingir o net zero. Agricultura, uso da terra, mudança no uso da terra e silvicultura (LULUCF) respondem por quase metade das exportações e 60% das emissões do Brasil. Eliminar o desmatamento e expandir o reflorestamento são fundamentais para compensar as emissões geradas pela atividade agrícola. Os esforços atuais de redução de emissões da NDC do Brasil parecem insuficientes para atingir a meta net zero do país em 2050.

A eletrificação e descarbonização de outros setores envolverão investimentos significativos. O transporte, a indústria e os edifícios respondem por 25% das emissões e têm potencial para eletrificação. O setor de energia contribui com apenas 5% e é mais fácil de reduzir, mas seria necessária uma participação maior da geração de energia solar e eólica, já que a contribuição da energia hidrelétrica está se estabilizando. Baseado em modelos macrofinanceiros do Network for Greening the Financial System (NGFS), a Moody's estima que o Brasil precisará investir de 1% a 2% do produto interno bruto (PIB), em média, a cada ano até 2030, para preencher a lacuna de investimento em energia para cumprir a meta net zero em 2050. O governo poderia fornecer 40% desse investimento e o setor privado, 60%. Isso poderia aumentar a



dívida/PIB em 8.5 pontos porcentuais até 2040 em um cenário net zero.

Os biocombustíveis e os recursos naturais do país oferecem oportunidades para a transição energética. Como líder global em biocombustíveis com oferta abundante de energias renováveis e minerais essenciais, o Brasil está bem-positionado para a descarbonização. No entanto, os ganhos de exportação projetados a partir de 2035 sob o cenário do net zero não são suficientes para compensar totalmente os custos de ajuste doméstico, aumentando os custos de transição econômica.

O foco em adaptação está alinhado à significativa

exposição ao risco climático físico. As inundações, secas e incêndios florestais ameaçam a agricultura, a geração de energia hidrelétrica e o ecossistema da Amazônia, enfraquecendo seu papel como um sumidouro de carbono. O NGFS estima que os riscos físicos climáticos poderiam reduzir o PIB em 20% até 2050 em comparação com um cenário de referência hipotético sem danos físicos relacionados ao clima. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que é necessário um investimento ideal de adaptação anual de 0.25% a 0.5% do PIB na agricultura para evitar perdas futuras de produtividade.

O déficit na cobertura de seguros climáticos permanece elevado. Portanto, os investimentos em adaptação são fundamentais para a resiliência. Os setores agrícola e financeiro estão muito expostos aos riscos climáticos. O FMI estima que apenas 20% da agricultura teve cobertura de seguros em 2022, com aumento dos prêmios e dos sinistros durante períodos de secas. Cerca de 13% do crédito bancário é formado por crédito rural para setores vulneráveis ao clima.

Nova faixa de isenção do Imposto de Renda vai impactar declarações em 2027, mas contribuinte deve ficar atento desde já

O Governo Federal anunciou a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil brutos por mês. A medida, aprovada nesta semana, entra em vigor em janeiro de 2026 e impactará diretamente a declaração de 2027. A mudança representa um importante avanço na política tributária brasileira, com foco em aliviar a carga fiscal da população de menor renda e promover maior justiça na distribuição dos tributos.

Com a nova regra, todos os contribuintes que recebem até R\$ 5 mil mensais estarão isentos do pagamento do IR. Já quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350 passará a contar com descontos progressivos, pagando valores reduzidos de imposto. A isenção considera o salário bruto, e não o líquido, e

também contempla pessoas com mais de uma fonte de renda, desde que a soma total não ultrapasse o limite mensal de R\$ 5 mil.

Segundo Nicolas Menegat, Gestor de Departamento Pessoal da Razonet, a medida representa um marco para os trabalhadores e para as empresas que administram suas folhas de pagamento:

“A ampliação da faixa de isenção reduz a intervenção do Estado sobre a renda do trabalhador, permitindo que ele mantenha uma parte maior do que produz. Com o novo limite de R\$ 5 mil, a carga tributária sobre quem gera riqueza fica mais equilibrada e mais compatível com o custo de vida atual. Na prática, isso significa mais dinheiro disponível no orçamento mensal, maior capacidade de poupança e mais liberdade para

o trabalhador decidir como utilizar seus próprios recursos”, afirma o especialista.

A proposta busca equilibrar a tributação ao mesmo tempo em que preserva a arrecadação pública. Para isso, o governo prevê a criação de novas faixas de taxação sobre rendas mais altas, garantindo que a política de isenção seja compensada por uma cobrança mais justa sobre os contribuintes de maior poder aquisitivo.

A mudança deve beneficiar diretamente uma parcela significativa da força de trabalho formal, reduzindo desigualdades e ampliando o poder de compra das famílias. Com a atualização, o Imposto de Renda brasileiro dá mais um passo em direção a um sistema tributário mais progressivo e alinhado aos princípios de equidade fiscal.

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

33º Subdistrito - Alto da Mooca

ILZETE VERDERAMO MARQUES - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **LUCAS SALES SILVA**, estado civil solteiro, filho de Moisés Cardoso da Silva e de Luciene Rodrigues Sampaio de Sales Silva, residente e domiciliado no Alto da Mooca, neste Subdistrito - São Paulo - SP. A pretendente: **BRUNA RAMOS PEREIRA**, estado civil solteira, filha de Eduardo Figueiredo Pereira e de Rosimere Tinti Ramos, residente e domiciliada no Alto da Mooca, neste Subdistrito - São Paulo - SP.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local

Jornal Empresas & Negócios

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/FEFD-8DAE-97D6-5DDA> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **FEFD-8DAE-97D6-5DDA**



Hash do Documento

0015AAE80AA125726C6423DE0389E156F4391A3C3166EA1295165BEB1C76EB79

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/11/2025 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 17/11/2025 18:37 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

